

O papel do médico veterinário no combate a rinha de cães

Vivian Lindmayer Cisi^{1*}  , Gabriely Candida de Oliveira Castilho² , Adriana de Siqueira¹  

¹Docente da Universidade Cruzeiro do Sul, Departamento de Medicina Veterinária. São Paulo–SP Brasil.

²Discente da Universidade Cruzeiro do Sul, Curso de Medicina Veterinária. São Paulo–SP Brasil

*Autor para correspondência, e-mail: vivian.cisi@ceunsp.edu.br

Resumo. A rinha de cães acontece quando dois ou mais cães são colocados juntos intencionalmente com o propósito de luta, para finalidades recreativas e lucrativas. Pode ser definida como um ataque não acidental entre cães. É uma prática criminosa e ilegal, que ainda acontece em muitos países de forma clandestina. A crueldade e violência contra animais estão intimamente relacionados com a violência interpessoal. Atualmente, a associação entre esses dois tipos de violência é conhecida como Teoria do Elo. O presente trabalho foi delineado para analisar a literatura científica acerca de cães de rinha, destacando as dificuldades de atuação e o papel do médico veterinário no combate à essa prática ilegal. A metodologia adotada foi uma busca integrativa em bases bibliográficas como Scielo e Pubmed. O reconhecimento do elo por profissionais capacitados de diferentes áreas é fundamental para a quebra do ciclo de violência no qual estão envolvidos vítimas humanas e animais.

Palavras chave: Cães de rinha, crueldade animal, medicina veterinária legal

The role of the veterinarian in combating dog fighting

Abstract. Dog Fighting occurs when two or more dogs are intentionally brought together for the purpose of Fighting, for recreative and lucrative purposes. It can be defined as a non-accidental attack between dogs. It is a criminal and illegal practice, which still takes place clandestinely in many countries. Cruelty and violence against animals are closely related to interpersonal violence. Currently, the association between these two types of violence is known as the Link Theory. The present work was designed to analyze the scientific literature about fighting dogs, highlighting the difficulties in acting and the role of the veterinarian in combating this illegal practice. The methodology adopted was an integrative search in bibliographic databases such as Scielo and Pubmed. Recognition of the link by trained professionals from different areas, including veterinary medicine, is essential for breaking the cycle of violence in which both human and animal victims are involved.

Keywords: Dogfight, animal cruelty, legal veterinary medicine

Introdução

A rinha de cães acontece em muitos países, mesmo sendo uma prática ilegal e criminosa. A rinha ocorre quando dois ou mais cães são colocados juntos intencionalmente com o propósito de luta. Pode ser definida como um ataque não acidental de um ou mais cães a outro ou outros cães. Na grande maioria das vezes, tal prática é acompanhada de apostas entre proprietários e espectadores, culminando uma série de infrações legais (Milroy et al., 2018; RSPCA, 2021; Touroo & Reisman, 2018).

A crueldade e violência contra animais estão intimamente relacionadas à violência interpessoal. Atualmente, a associação entre esses dois tipos de violência é conhecida como Teoria do Elo (*The Link*,

em inglês) ([Pinto et al., 2018](#)). O principal aspecto relacionado ao Elo é a relação dos maus-tratos aos animais com o desenvolvimento de um comportamento criminoso e agressivo contra as pessoas. O reconhecimento do elo por profissionais capacitados é fundamental para a quebra do ciclo de violência, no qual estão envolvidos tanto vítimas humanas quanto animais ([Monsalve et al., 2019](#)).

Este estudo está fundamentado em pesquisa de natureza bibliográfica, delineado para analisar a literatura científica sobre os cães de rinha, destacando as dificuldades de atuação e o papel do médico veterinário no combate a essa prática ilegal.

Rinha de cães

No Brasil, o artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº. 9.605/1998), penaliza quem pratica maus tratos de animais. Tramita na Câmara dos Deputados o PL 6600/2019, que altera a Lei 9.605/98 para estabelecer pena de reclusão a quem obrigar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos a agredirem-se com vistas ao entretenimento humano. O objetivo é preencher uma lacuna legal no que se referem os maus tratos contra os animais, compreendendo que a lei 9.605/98 deve ser complementada no sentido de contemplar a especificidade da “rinha” de animais, considerada uma prática infeliz que deve ser punida com todo o rigor da Lei.

De uma forma geral, rinhas de cães acontecem em ringues, feitos em sua maioria de tábuas de madeira. O peso do cão é verificado e em seguida os cães são colocados contidos no ringue. Em seguida, os cães são soltos e o embate acontece podendo durar por cerca de uma ou duas horas. A luta só finaliza após o dono do cão desistir, retirando-o do ringue ou arena. Em batalhas profissionais, há um tipo chamado “*Till Death do Us Part*” (até que a morte nos separe), em que a luta finaliza com a morte de um dos cães ([Blumenfeld, 2010](#)).

Muitos cães vão à óbito devido a perda de sangue, choque, desidratação, exaustão ou infecções, consequências de lesões causadas por energia mecânica, tais como lesões cortocontusas, causadas por mordeduras, lesões contusas gerando fraturas ósseas e outras consequências dolorosas nas brigas. Mesmo que o cão sobreviva, frequentemente é morto pelo seu proprietário. Práticas extremamente cruéis como eletrocussão, enforcamento e afogamento foram alguns dos meios já observados de abate de cães que foram malsucedidos nas lutas ou que sofreram lesões irreparáveis nas rinhas ([Harding & Nurse, 2015](#)). Diversos também são os relatos de cães perdedores que são mortos a tiros ou a pauladas. Ainda, muitas vezes são abandonados nas ruas. Esses últimos, mesmo quando resgatados e encaminhados a abrigos, acabam sendo eutanasiados, uma vez que após anos de treinos agressivos não se tornam aptos à adoção ([Delise, 2002](#)).

A crueldade que os cães de rinha são submetidos, não está relacionada apenas ao combate em si, em que é vencedor o cão que causa maior número de lesões e dor ao oponente. Cães de rinha são condicionados na mais tenra idade às práticas cruéis para se sobressaírem na arena ([Massey, 2012](#)). São colocados exaustivamente em esteiras para o condicionamento cardiovascular e em estruturas denominadas de “*catmill*”. Trata-se de um aparelho com várias vigas projetando-se de um poste central giratório. Os cães são acorrentados em uma viga e na outra, pequenos animais (considerados iscas) são atrelados vivos, como um gato, cão de pequeno porte ou coelho. Os cães correm em círculos, perseguindo a isca. Uma vez que as sessões de exercícios terminam, os cães são geralmente recompensados com a isca que eles estavam perseguindo. Os cães também permanecem acorrentados com grandes correntes ou pesos em seus pescoços para fortalecer a musculatura cervical. Nos estágios iniciais de treinamento, os cães são incitados a atacar uns aos outros sem se tocarem e se atacam de forma rápida e controlada (pelo treinador). Isso ocorre progressivamente, até estarem aptos para uma luta com um animal mais velho e experiente ([Gibson, 2005](#); [Massey, 2012](#)).

O papel e a importância do médico veterinário na identificação de casos

Dentre as justificativas utilizadas por criminosos que treinam animais de rinha, está a biologia do comportamento animal. Esses alegam que, no meio natural, brigas fazem parte do comportamento das espécies ([Harding & Nurse, 2015](#)). No entanto, as lutas de rinha não são iguais às lutas que ocorrem em cães que estão andando na rua ou que habitam na mesma casa. Muito parecida com as lutas entre seus ancestrais lobos, a maioria das lutas entre os cães termina rapidamente, com um cão submetendo-se ao

outro. O vencedor normalmente aceita o sinal de submissão do oponente, que permanece em decúbito dorsal. Dessa forma, termina o confronto sem mais violência. Encontros subsequentes entre esses dois cães não envolvem mais do que vocalização, posições e expressões hostis que confirmem a relação dominante *versus* subordinado. Para criar cães de luta bem-sucedidos, esse aspecto do comportamento do cão precisa ser eliminado. Cães de briga continuarão a atacar, independente dos sinais de submissão do oponente. Da mesma forma, esses cães continuarão a lutar, mesmo que estejam gravemente feridos ([ASPCA, 2013](#)).

Acerca do tema do presente trabalho, as principais pesquisas acadêmicas produzidas no Brasil estão relacionados particularmente às rinhas de galo ([Dias et al., 2015](#); [Escobar et al., 2015](#)). Dados sobre rinhas de cães são escassos, praticamente inexistentes na literatura científica nacional. Em 2019, policiais do estado do Paraná e São Paulo prenderam cerca de 40 pessoas em uma rinha internacional de cães que estava sendo realizada na cidade de Mairiporã, São Paulo. Como desdobramento da ação, a Polícia Civil de Itu localizou uma chácara com 33 cachorros da raça Pitbull, propriedade de um dos presos na operação. Todos os envolvidos foram indiciados por associação criminosa, maus-tratos a animais com agravante de morte e jogo de azar ([Bacarji et al., 2020](#)). Tal fato deixa claro que rinhas de cães ocorrem de forma clandestina no país.

A *Human Society of the United States*, umas das principais organizações de proteção animal norte-americana, estima que haja pelo menos 40.000 cães de rinha nos E.U.A.; embora esse número possa estar subestimado devido à popularidade dessa prática em áreas urbanas ([HSUS, 2021](#)). Em um estudo realizado em uma escola de Michigan, E.U.A, todos os alunos da oitava e nona série relataram já ter presenciado treinamento e/ou uma rinha de cão ([Gibson, 2005](#)). Esse fato torna-se extremamente grave no que tange valores sociais, uma vez que o cidadão é forçado a aceitar a violência inerente como normal. A dessensibilização sistemática de cada nova geração vai acontecendo conforme as crianças forem habitualmente expostas à violência contra cães ([Kalof & Taylor, 2007](#)). A sociedade tende a considerar atos de crueldade contra animais como fatores desagregados de outras formas de violência, por questões culturais ou sociais, muitas vezes arraigados nas populações. Contudo, é importante considerar que a violência é o reflexo de um processo de dessensibilização, vivenciado pelo agressor ao longo de sua vida e que essa particularidade não se limita aos animais, mas também às demais formas de vida, inclusive o ser humano.

No Brasil, apenas uma minoria de médicos veterinários relata suspeitas de abuso de animais às autoridades competentes. Um dos fatores relacionados é a inabilidade parcial no reconhecimento ou percepção da violência contra o animal ([Monsalve et al., 2019](#)). Por exemplo, alguns proprietários de cães de rinha, na tentativa de tratar um animal depois de uma luta, podem procurar por atendimento profissional ([Gibson, 2005](#)). Nesse momento, ele pode alegar uma série de fatos ao médico veterinário para justificar os ferimentos de seu cão, como uma briga não intencional com outro cão. Os médicos veterinários não são tradicionalmente treinados para reconhecer lesões não acidentais, como as que ocorrem durante uma luta de cães organizada ([Intarapanich et al., 2016](#)).

[Intarapanich et al. \(2016\)](#) realizaram um estudo de caso-controle em um Hospital Veterinário Universitário na cidade de Massachusetts, E.U.A. A pesquisa foi realizada de 2003 a 2014, com o intuito de caracterizar e comparar as lesões encontradas em cães envolvidos em brigas não intencionais com as lesões encontradas em cães usados em organizações ilegais de luta, que são as rinhas. Quando a prevalência das lesões foi comparada entre cães de rinha e cães que brigaram espontaneamente (cães do mesmo tamanho e peso), ficou claro que animais de rinha não só apresentavam lesões em sítios anatômicos comuns, como também apresentam lesões múltiplas. Cães de rinha apresentaram lesões mais comumente em membros torácicos (60/62 [96,8%]), aspectos lateral e dorsal da cabeça (58/62 [93,5%]), rosto ou cavidade oral (55/62 [88,7%]), face dorsal e lateral do pescoço (45/62 [72,6s%]) e região ventral do pescoço e região torácica (36/62 [58,1%]). Ainda, segundo os autores, cães utilizados para rinha são criados e treinados para não desistir da luta, já que virar as costas pode resultar na perda da luta e morte, fato consistente com a alta prevalência de lesões em tórax e também na cabeça.

[Monsalve et al. \(2019\)](#) realizaram uma pesquisa com o objetivo de caracterizar o conhecimento e a atitude de médicos veterinários de pequenos animais em relação ao abuso de animais e violência interpessoal no Brasil e na Colômbia. Grande parte relatou que possivelmente já atenderam animais

vítimas de abuso e crueldade (Brasil 48,0% e Colômbia 64,5%). No entanto, apenas a minoria denunciou a suspeita para as autoridades competentes (Brasil 32,7% e Colômbia 10,8%).

É importante ressaltar que os médicos veterinários, durante o atendimento clínico, podem ser os únicos que têm acesso ao agressor e também ao animal abusado. De acordo com [Monsalve et al. \(2019\)](#), o enfrentamento dessa situação pelos médicos veterinários nesses casos nem sempre ocorre. Os fatores relacionados são o receio de infringir a confidencialidade do cliente, insegurança devido à falta de conhecimento sobre o tema; falta de conhecimento de seus direitos legais e preocupação com possíveis julgamentos civis e criminais.

No Brasil foi aprovada a Lei Federal nº 14.064/20, que aumenta a punição aos que praticarem maus-tratos contra cães e gatos. Neste contexto, a atuação do médico veterinário na realização de laudos de animais vitimados é de suma importância. No Estado de São Paulo, a ação conjunta das polícias, médicos veterinários e promotores, culminou em uma decisão histórica na luta contra a crueldade animal. [Salvagni et al. \(2016\)](#) realizaram a necropsia e os exames toxicológicos em 37 animais (cães e gatos) encontrados mortos em sacolas plásticas. Os animais foram encontrados sob a responsabilidade de uma pessoa que alegava ser protetora de animais. O trabalho dos médicos veterinários comprovou que nenhum dos animais apresentava doença terminal, que todos haviam sido mortos da mesma forma e que uma droga de controle obrigatório havia sido utilizada. A criminosa foi sentenciada a 12 anos, 6 meses e 14 dias pela morte dos animais.

Nos E.U.A, nos estados do Mississippi, da Geórgia e do Alabama, foi realizada uma força-tarefa que resultou em uma das maiores ações de combate às rinhas de cães da história dos Estados Unidos, com 367 cães apreendidos. O juiz responsável pelo caso impôs severas sentenças aos acusados, que variaram entre seis meses e oito anos de prisão, as mais longas decretadas em um caso federal de rinha de cães. Além disso, a Corte do Alabama ordenou que os acusados pagassem perto de U\$ 2 milhões a grupos de bem-estar animal ([ASPCA, 2013](#)). O trabalho de médicos veterinários na avaliação dos animais, bem como a identificação de restos mortais de cães de rinha encontrados enterrados nos domicílios dos criminosos, foi imprescindível para a conclusão do caso.

Considerações finais

O aumento da conscientização da comunidade em torno das questões de crueldade contra os animais provocou o surgimento de novas leis criminais de apoio a esses assuntos. A medicina veterinária legal é reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária através da Resolução nº 756 de 17 de outubro de 2003, que tem o intuito de aplicar e ligar os conhecimentos técnicos do profissional da área às questões judiciais e aspectos legais do exercício da profissão. Portanto, há a necessidade da ampla divulgação desta especialidade, para que o trabalho dos médicos veterinários na identificação e no diagnóstico de lesões não-acidentais seja ampliado, e que futuras gerações de médicos(as) veterinários(as) sejam devidamente treinados na graduação e nos estudos continuados.

Referências bibliográficas

- ASPCA. (2013). *The American Society for the Prevention of Cruelty to Animals. 367 Dogs Rescued in Multi-State Dog Fighting Case, Second Largest in U.S. History.*
- Bacarji, G., Laiola, M. A., & Biondo, A. (2020). *Rinha de cães em Mairiporã expõe a banalização da dor para entretenimento humano* (pp. 1–147).
- Blumenfeld, R. (2010). Dog baiting abatement: Using nuisance abatement to regulate dogfighting. *Sports Law Journal*, 17, 1.
- Delise, K. (2002). *Fatal dog attacks: The stories behind the statistics.* Anubis Press.
- Dias, E. G. P., Pellizzaro, M., Garcia, R. de C. M., & Biondo, A. W. (2015). Apreensão e adoção de galos de rinha—Relato de caso. *Revista de Educação Continuada Em Medicina Veterinária e Zootecnia Do CRMV-SP*, 13(3), 77.
- Escobar, M. L., Zagui, P. A., & Aguiar, J. O. (2015). A realização de brigas de galo no Nordeste Brasileiro: um conflito social. *Prisma Juridico*, 14(1), 37–58. <https://doi.org/10.5585/prismaj.v14n1.4524>.

- Gibson, H. (2005). Detailed discussion of dog fighting. In *Fall Edn.*
- Harding, S., & Nurse, A. (2015). *Analysis of UK dog fighting, laws and offences*. Middlesex University.
- HSUS. The Human Society of United States Dogfighting. Disponível em: <<https://www.humanesociety.org/sites/default/files/docs/dogfighting-how-to-identify-report.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- Intarapanich, N. P., McCobb, E. C., Reisman, R. W., Rozanski, E. A., & Intarapanich, P. P. (2016). Characterization and comparison of injuries caused by accidental and non-accidental blunt force trauma in dogs and cats. *Journal of Forensic Sciences*, 61(4), 993–999. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.13074>.
- Kalof, L., & Taylor, C. (2007). The discourse of dog fighting. *Humanity & Society*, 31(4), 319–333. <https://doi.org/10.1177/016059760703100403>.
- Massey, W. (2012). *Bloodsport and the Michael Vick dogfighting case: A critical cultural analysis*. East Tennessee State University.
- Milroy, K. E., Whiting, M., & Abeyesinghe, S. (2018). Reporting of suspected dog fighting to the police, Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals and equivalents by veterinary professionals in the UK. *Veterinary Record*, 183(18), 567. <https://doi.org/10.1136/vr.104753>.
- Monsalve, S., Gonçalves, Y., & Garcia, R. (2019). Teoria do Elo: a relação entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal. In R. C. M. Garcia, N. Calderón, & D. F. Brandespim (Eds.), *Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas* (Vol. 1, pp. 160–171). Integrativa Veterinária.
- Pinto, M. O. K. M., Gomes, L. B., Begalli, J. H., Mesquita, F. B., Hurtado, E. M., Lanzetta, V. A. S., Oliveira, L. B. S., Amaral, A. A., & Soares, D. M. F. (2018). Teoria do Elo: A conexão entre crueldade animal e a violência infligida a seres humanos. *V Seminário de Defesa Animal: Desafios Da Sociedade Civil e Poder Público*, 83–87.
- RSPCA (2021). Animal Fighting. Disponível em: <<https://www.rspca.org.uk/whatwedo/endcruelty/investigatingcruelty/organised/animalfighting>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- Salvagni, F. A., Siqueira, A., Fukushima, A. R., Landi, M. F. A., Ponge-Ferreira, H., & Maiorka, P. C. (2016). Animal serial killing: The first criminal conviction for animal cruelty in Brazil. *Forensic Science International*, 267, e1–e5. <https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2016.08.033>.
- Touroo, R., & Reisman, R. (2018). Animal fighting. In *Veterinary Forensic Pathology* (pp. 97–119). Springer.

Histórico do artigo:**Recebido:** 17 de agosto de 2022**Aprovado:** 6 de setembro de 2022**Disponível online:** 8 de outubro de 2022.**Licenciamento:** Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4.0), a qual permite uso irrestrito, distribuição, reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam devidamente creditados.